A NOVA ALIANÇA DE ABRAÃO: ELEMENTOS ESTRATÉGICOS DO APOIO DOS ESTADOS UNIDOS A ISRAEL NA REVISTA 'FOREIGN AFFAIRS' (1945-1975)

Abraham's new alliance: strategic elements of the United States' support to Israel in the magazine 'Foreign Affairs' (1945-1975)

Flavio Henrique Lino*

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi analisar a construção e a manutenção do apoio dos Estados Unidos a Israel, a partir dos argumentos que privilegiaram o valor estratégico e militar dessa aliança. Com esse propósito, foi escolhida a revista "Foreign Affairs", publicada pelo Council on Foreign Relations, organização privada baseada em Nova York que reúne importantes membros do establishment da política externa americana e uma das mais influentes em sua área de atuação. Procurei identificar, entre 1945 e 1975, os elementos do debate entre os defensores e os detratores da aliança que pudessem justificar o sólido posicionamento adotado pelos Estados Unidos, contrastando-os com os próprios interesses nacionais do país durante o período da Guerra Fria.

Palavras-chave: Estados Unidos; Israel; Guerra Fria

Abstract: The purpose of this research was the analysis of the construction and maintenance of the United States' support to Israel, focusing on the arguments which privileged the military and strategic value of that alliance. To that end, I chose the magazine "Foreign Affairs", published by the Council on Foreign Relations, a New York-based private organization with a membership of important members of the American foreign policy establishment and one of the most influential in its area. I tried to identify, from 1945 to 1975, the elements of the debate between the supporters and the critics of the alliance which could justify the solid position adopted by the United States, contrasting them with the country's own national interests during the Cold War.

Keywords: United States; Israel; Cold War

“Este acordo não será um adeus às armas!”¹, disparou Benjamin Netanyahu, numa concorrida sessão conjunta da Câmara dos Representantes e do Senado dos Estados Unidos, diante de entusiasmados ouvintes, que se puseram de pé para aplaudi-lo. Durante a hora que se seguiu, naquela manhã de 3 de março de 2015, o primeiro-ministro de Israel fez algo que, para qualquer outro Líder estrangeiro, seria impensável. Em seu inglês fluente, atacou com veemência e sem constrangimento o entendimento diplomático alcançado entre um grupo de potências, capitaneado pelo governo do democrata Barack Obama, e o Irã para deter o programa nuclear de Teerã. “Ele não bloqueia o caminho do Irã para a bomba. Ele pavimenta o caminho do Irã para a bomba”², continuou em seu desafio ao presidente do país onde se encontrava, o líder que com seu aval possibilitara

* Jornalista e Mestre em História pelo Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio). E-mail: flaviolino@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3277-9851>

¹ BAKER, Peter. In Congress, Netanyahu faults 'bad deal' on Iran Nuclear Program, *The New York Times*, 3/3/2015. OBS: Esta pesquisa não recebeu financiamento.

² Ibid.

a histórica *détente* com o regime dos aiatolás. E completou: “É um acordo ruim.”³

Seria impensável para qualquer outro líder estrangeiro... mas não para Netanyahu, o chefe de governo de um país que, nas últimas décadas, tem mantido relações privilegiadas com os Estados Unidos, a ponto de Israel ser tido como “demasiadamente envolvido no panorama político americano e no establishment de defesa para Netanyahu ser considerado um distante líder estrangeiro”.⁴ Em suma: Israel é, na visão de muitos analistas, quase uma questão de política interna americana, e não externa.

A enorme autoconfiança de Netanyahu e a extrema complacência dos legisladores americanos a uma fala tão agressiva por um líder estrangeiro deveriam soar surpreendentes. Só que não. Um olhar mais atento à História deixa claro que nada há de estranho no comportamento nem do premier de Israel nem do Congresso dos EUA. Nas sete décadas de existência do moderno Estado de Israel, desde sua criação em 1948, os dois países forjaram, não sem muitos altos e baixos, um relacionamento especial — tanto na esfera pública como na privada. “À parte alianças em tempos de guerra, é difícil pensar em outra instância em que um país forneceu a outro um nível semelhante de apoio material e diplomático por um período tão extenso. O apoio dos EUA a Israel é, em resumo, único”⁵, apontam John Mearsheimer e Stephen Walt.

Tal relacionamento, apesar de passar por momentos de maior ou menor aproximação, e por vezes até de hostilidade mútua — dependendo dos governos no poder em ambos os países, das respectivas conjunturas internas e da situação política internacional — tem demonstrado uma incrível solidez ao longo das últimas décadas. Israel recebe dos EUA a cada ano, em forma de assistência econômica e militar, cerca de US\$ 3 bilhões — a maior ajuda externa americana a um único país, totalizando cerca de US\$ 234 bilhões (já ajustado pela inflação) de 1948 a 2013.⁶ E Washington já usou seu poder de veto no Conselho de Segurança da ONU 42 vezes para proteger o aliado.⁷

A construção dessa quase simbiótica aliança e a solidez de sua permanência devem-se a inúmeros fatores, que não cabe aqui discutir. No entanto, como a aliança foi erguida tendo como pano de fundo o embate entre os EUA e a União Soviética pela hegemonia planetária na Guerra Fria, na segunda metade do século XX, é lícito assumir a existência de um interesse estratégico claro por parte de Washington ao privilegiar um pequeno país de poucos milhões de habitantes, sem recursos naturais e com território diminuto.

A íntima parceria desenvolvida entre americanos e israelenses é merecedora de um estudo mais atento porque, desde sua fundação em 1948, Israel tem estado no centro de alguns dos mais importantes eventos históricos da segunda metade do século XX e deste início de XXI. As inúmeras guerras que o país lutou mobilizaram as grandes potências, contribuindo para acirrar a Guerra Fria, envolveram instituições internacionais e mexeram no tabuleiro de poder no Oriente Médio, reconfigurando fronteiras e também determinando um choque nos preços do petróleo que teve impacto nas economias de todo o planeta depois de 1973. Sua mera existência é motivo de descontentamento para muitos muçulmanos em toda parte, pelo fato de o país estar agora em posse dos lugares sagrados de Jerusalém, a terceira cidade mais sagrada do Islã. Tal situação é o percebido

³ Ibid.

⁴ AVISHAI, Bernard. Netanyahu and the Republicans. *The New Yorker*, 4/2/2015.

⁵ MEARSHEIMER, J.J.; WALT, S. M. The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy, *Middle East Policy*, vol XIII, No. 3, Fall 2006.

⁶ COREN, Ora; FELDMAN, Nadan. U.S Aid to Israel totals \$ 233,7b Over Six Decades. *Haaretz*, 20/3/2013.

⁷ JEWISH VIRTUAL LIBRARY. *U.N. Security Council: U.S. Vetoes of Resolutions Critical to Israel*.

sofrimento do povo palestino — exilado ou sob ocupação israelense e sem direito a um Estado próprio — têm servido como catalisadores de insatisfações múltiplas que deságuam no fenômeno contemporâneo do extremismo islâmico.

E os EUA, por sua ligação íntima com Israel, compartilham com o aliado os papéis principais nos dramas decorrentes das ações dos governos israelenses e da existência mesma do país, contra a qual não são escassos os oponentes. Em sua “carta ao povo americano”, de novembro de 2002, em que detalhava as razões pelas quais lutava contra os EUA, o terrorista Osama bin Laden — chefe da al-Qaeda e mandante dos atentados de 11 de setembro de 2001, que deixaram mais de 3 mil mortos em Nova York, Washington e Pensilvânia — apontou como o primeiro de sua longa lista de agravos contra a superpotência o fato de que

A criação e continuidade de Israel é um dos maiores crimes, e vocês são os líderes de seus criminosos. E é claro que não há necessidade de explicar e provar o grau de apoio americano a Israel. A criação de Israel é um crime que deve ser apagado. Toda e qualquer pessoa cujas mãos tenham ficado poluídas na contribuição para esse crime deve pagar seu preço, e pagar pesadamente.⁸

Argumentos semelhantes são encontrados nos discursos de inúmeros outros grupos extremistas islâmicos como parte das justificativas para a realização de ataques terroristas contra alvos identificados com os EUA ou o Ocidente. Com tantos elementos que vinculam diretamente o interesse nacional dos Estados Unidos a Israel, fica ainda mais clara a importância de se estudar as circunstâncias da aliança entre os dois países.

Um mergulho na revista “Foreign Affairs”, publicação trimestral do Council on Foreign Relations (CFR) — considerado por muitos ainda hoje “o mais influente centro de pesquisas de política internacional da nação”⁹ — nos anos formativos desse pacto, entre as décadas de 1940 e 1970, torna-se, então, um valioso instrumento para a identificação do interesse estratégico americano em Israel. Dado o pedigree da CFR, a “Foreign Affairs”, por extensão, também é vista por muitos como a “mais influente publicação de política externa”¹⁰ dos EUA. Avaliações bianuais recentes da Erdos & Morgan, uma das maiores companhias de pesquisa de mercado dos EUA e atuante no ramo desde 1947, indicam que a “Foreign Affairs” tem estado frequentemente incluída entre os dez mais influentes meios. Em duas avaliações seguidas recentes, realizadas entre 2004 e 2006 por meio de consultas a “483 mil líderes de opinião americanos que formatam as políticas e as opiniões nos setores público e privado”¹¹ do país, a revista ficou em primeiro lugar como a mais influente.

Entre os membros do CFR, descritos como “seu bem mais valioso, um pilar da força da instituição e uma indicação de sua influência”¹², o Relatório Anual de 2014 contabilizava dois ex-presidentes e dois ex-vice-presidentes dos EUA, 26 vencedores do Prêmio Pulitzer, nove laureados com o Prêmio Nobel, 52 líderes de companhias da lista das maiores 500 da revista “Fortune” e 62 generais e almirantes das Forças Armadas dos EUA. Em suma, uma variada gama dos detentores de poder — em todas as esferas — no país, o que torna o CFR “uma parte-chave de uma rede de

⁸ LADEN, Osama bin. Full text: Bin Laden’s ‘letter to America’. *The Guardian*, 24/11/2002.

⁹ LOBE, J. *Realists rule?*. Inter Press Service News Agency, 2005.

¹⁰ Ibid.

¹¹ COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, *Foreign Affairs Again Ranked Most Influential of All Media by U.S. Opinion-Leader Study*.

¹² CFR, 2014 Annual Report, p. 5.

peessoas e instituições a que observadores simpatizantes comumente se referem como ‘o establishment’¹³. Tal constelação é indicativa de que os temas tratados pela “Foreign Affairs” devem, antes de tudo, refletir os interesses e preocupações da parcela da classe dominante dos EUA à qual o CFR está vinculado e da qual a publicação se constitui em porta-voz na qualidade de instrumento de lobby.

Entre os temas que vêm frequentando de forma consistente as páginas da “Foreign Affairs” há décadas está o relacionamento entre EUA e Israel. Ambos podem referir-se a 1945 e aos anos imediatamente posteriores como marco axial para sua estreia em cena. Com o término do conflito, os EUA — país fundado pouco menos de dois séculos antes e que assumiu uma dimensão territorial continental, mas até então frequentemente hesitante em atuar em escala mundial — enterraram de vez a propensão ao isolacionismo. Já Israel, ainda apenas uma pequena promessa agarrada a memórias históricas e religiosas milenares, tornou-se então realidade, aproveitando o momento favorável para renascer na História.

O renascimento de um Estado judeu

A longa luta do movimento sionista moderno, que ganhou escopo e visibilidade com a publicação do livro “O Estado judeu”, de Theodor Herzl em 1896, desembocou na votação da Resolução 181 pela Assembleia Geral da recém-criada ONU, em 29 de novembro de 1947 aprovando a partilha da Palestina em dois Estados: um judeu e um árabe, com a manutenção de status internacional em Jerusalém, cidade sagrada para as três grandes religiões monoteístas (cristianismo, islamismo e judaísmo).

É nesse momento que os Estados Unidos, dando seus primeiros passos como superpotência, foram pela primeira vez chamados a se posicionar de forma oficial em relação a um Estado judeu na Palestina, alinhando-se entre os 33 países que deram seu “sim” à partilha (contra 13 votos, dez abstenções e uma ausência). Tal apoio não se deu, entretanto, sem uma ampla mobilização dentro da sociedade americana de adeptos e opositores da proposta sionista, envolvendo a opinião pública, grupos de interesse, a imprensa e o governo num vigoroso debate sobre qual postura adotar. Como lembra o historiador americano-israelense Michael B. Oren,

“A questão palestina tinha alienado amplos segmentos do Congresso e do público americano do establishment de política externa. No início de 1947, o cisma também tinha começado a bifurcar a Casa Branca. [...] O debate desenrolou-se intensamente tanto dentro da Casa Branca como fora dela, enquanto a situação na Palestina decaía rumo à guerra aberta.”¹⁴

A decisão final favorável ao Estado judeu, tomada pelo presidente Harry Truman contra o posicionamento dos departamentos de Estado e Defesa e da Agência Central de Inteligência (CIA) — e não sem hesitações por parte do próprio mandatário — explicitou a falta de consenso interno que deu, no lado americano, o tom no relacionamento dos dois países nas décadas subsequentes. Contra um pano de fundo que incluía a emergência dos EUA como superpotência e sua rivalidade planetária com a URSS na Guerra Fria, tal relacionamento, como dito anteriormente, enfrentou muitos solavancos ao longo do caminho, estando longe de configurar uma aliança totalmente

¹³ SHOUP, Laurence H.; MINTER, William. *Imperial Brain Trust* – The Council on Foreign Relations & United States Foreign Policy. Lincoln: Authors Choice Press, 2004, p. 9.

¹⁴ OREN, Michael B. *Power, Faith and Fantasy* – America in the Middle East 1776 to the Present. Nova York: W.W. Norton & Company, Inc, 2007, p. 489.

harmônica. Ainda assim, os Estados Unidos tornaram-se o aliado indispensável que garantiu a sobrevivência e a supremacia militar de Israel no Oriente Médio. Como lembra o analista americano Mitchell G. Bard, especializado em política externa dos EUA e em Oriente Médio e diretor da Jewish Virtual Library,

“tanques, mísseis e aviões novos são caros e Israel não pode bancar suas necessidades sozinho. Portanto, a ajuda americana constante é vital à sua segurança. Além disso, os inimigos de Israel têm muitos fornecedores, enquanto Israel depende quase que inteiramente dos Estados Unidos para manter sua estrutura.”¹⁵

Embora não tenha sido assim desde o início, este foi, nas últimas décadas, um dos pilares do compromisso assumido — e rigorosamente cumprido — pelos EUA com Israel, dentro de um quadro de rivalidade regional árabe-israelense, inserido até determinado momento num panorama mais amplo da disputa entre as superpotências.

O Oriente Médio como tema de debate

A significativa mudança de status dos EUA a condição de superpotência após 1945 não gerou de imediato, nas páginas da “Foreign Affairs”, o interesse pelo Oriente Médio que seria justificado nesses primeiros anos em que, como apontado por vários estudiosos, “o papel da América como potência ocidental proeminente no Oriente Médio tomou formato”.¹⁶

Chama a atenção, em primeiro lugar, a escassa atenção dada ao Oriente Médio entre os anos de 1945 e 1951, numa demonstração de que o tema, naquele momento preciso, era secundário nas preocupações dos formuladores da política externa americana. Este subcorte temporal inicial de discussão deve-se ao fato de 1945 marcar o fim da Segunda Guerra e o começo de um período mais intenso de reordenamento da ordem internacional, e 1951, a publicação na “Foreign Affairs” (na edição de abril) do primeiro artigo sobre Israel — ou seja, somente quase três anos após a fundação do moderno Estado judeu em maio de 1948. No total, o conjunto do Oriente Médio tem um fraco desempenho nas páginas da “Foreign Affairs” nesse período. Nas 23 edições de julho de 1945 (a primeira após o fim da Segunda Guerra na Europa) a janeiro de 1951 (a última antes do artigo de “estreia” de Israel), entre 293 artigos publicados, apenas 8 (2,7%) foram dedicados à região.

A partir de abril de 1951 até outubro de 1956, quando ocorreu a intervenção franco-britânico-israelense em Suez contra o Egito — abortada pela inusitada pressão conjunta dos EUA, sob o comando do presidente Dwight Eisenhower, e da URSS, dirigida por Nikita Krushev — 15 artigos se seguirão dedicados ao Oriente Médio (tido como um todo ou em parte) ou de alguma forma referindo-se à região. Em 7 artigos, Israel é o tema principal (4) ou coadjuvante (3). Um fluxo de artigos, portanto, bem maior do que o anterior. Um ano significativo é o de 1954, com 5 artigos sobre Oriente Médio — um recorde que nos 30 anos englobados por esta pesquisa só seria igualado em 1965.

Não por coincidência, provavelmente, em agosto de 1953 os EUA tenham realizado sua primeira intervenção direta na região no pós-guerra, orquestrando a derrubada do premier

¹⁵ BARD, Mitchell G. *Mitos e Fatos – A verdade sobre o conflito árabe-israelense*. São Paulo: Sefer, 2004, p. 294.

¹⁶ COTTAM, Richard. U.S. Policy in the Middle East. In: AMIRAHMADI, Hooshang. *The United States and the Middle East*. Albany: State University of New York Press, 1993, p. 35.

nacionalista iraniano Mohammad Mossadegh, suspeito de simpatias pela URSS. A consolidação do interesse da “Foreign Affairs” segue a da Casa Branca de Eisenhower (empossado em janeiro de 1953), cujo secretário de Estado era John Foster Dulles, que “encarava o comunismo como um mal global” e [...], “junto com seu irmão, Allen [...], chefe da CIA, jurou livrar o Oriente Médio daqueles que providenciavam uma porta de entrada para os russos”. Daí que “o primeiro alvo desta campanha foi Mohammad Mossadegh”.¹⁷

Como explicar, então, que aos olhos da “Foreign Affairs” a Guerra de Independência de Israel tenha ficado invisível em 1948/49, e a Campanha de Suez, em 1956 (alvo de dois artigos já na edição de abril de 1957), tenha se tornado alvo de análise na revista? A meu ver, a resposta pode ser encontrada na mudança da conjuntura histórica ocorrida nesse meio tempo, que solidificou as preocupações da classe dirigente dos EUA numa nova representação do papel do país no mundo, ampliando sua área de atuação.

Em 1948, o planeta recém-saído da Segunda Guerra acabava de entrar na Guerra Fria, e as atenções dos líderes de ambos os lados estavam voltadas para a formação e consolidação dos dois blocos. O destino da Europa, o papel dos EUA na nova ordem internacional e a defesa do “mundo livre” eram os principais alvos de debate em Washington, dominado pela formulação, em 1947, da Doutrina Truman, que implicava “a contenção da expansão da União Soviética e de sua ideologia, o comunismo”.¹⁸ A partir de 1950, porém, a ação dos EUA adota “um caráter realmente global”, transcendendo ações que “estavam exclusivamente centradas na Europa, a despeito da retórica universalista da proteção de todos os povos livres adotada em 1947”.¹⁹ Em 1956, por outro lado, os campos já estão fixados: o Pacto de Varsóvia está formalizado (1955), os EUA já se lançaram à formação de alianças regionais, como o Pacto de Bagdá (1955), e o nacionalismo pan-arabista já estreara com Gamal Abdel Nasser, no Egito, a partir de 1952, além de Israel já ser um ator na cena internacional.

Assim, o Oriente Médio entra em definitivo na pauta dos EUA, e o conflito árabe-israelense passa a ser construído numa perspectiva de Guerra Fria, em que Washington ainda pendula entre um e outro lado, sem o favorecimento explícito a Israel exibido posteriormente. Como diz o secretário Dulles em outubro de 1957, “os EUA reconhecem que, no caso de tais disputas, todos os méritos não estão de um só lado”.²⁰

O embate entre realistas e liberais

Ao ser captado no radar de preocupações dos EUA, o Oriente Médio em geral e o conflito árabe-israelense em particular incorporam-se a uma outra questão mais ampla que funciona como pano de fundo de todas as discussões de política internacional nesse momento crucial do pós-guerra: o debate entre os realistas e os chamados idealistas ou liberais. As diferentes visões embutidas na condução da diplomacia dos EUA para a região desde sempre se apresentaram em estado de tensão permanente. Choques foram perenes entre os que tinham uma concepção mais estrita do interesse nacional americano, privilegiando a avaliação geopolítica e estratégica — posição identificada com os realistas — e os que também enxergavam um pano de fundo moral na

¹⁷ OREN, M.B. Op. cit., p. 510 e 511.

¹⁸ PECEQUILO, C.S. Op. cit., p. 157.

¹⁹ Ibid, p. 156.

²⁰ DULLES, John Foster. Challenges and Response in United States Policy. *Foreign Affairs*, vol. 36, n. 1, outubro de 1957.

atuação externa dos EUA, classificados como liberais (usarei este termo para evitar o potencial pejorativo de “idealistas”).

Mas constatar tal oposição não significa dizer que ela se constituísse numa dicotomia irreconciliável entre as duas posições, com fronteiras intransponíveis separando os dois grupos, uma vez que frequentemente as ideias defendidas por uns e outros se encontravam nos mesmos atores, contribuindo ainda mais para complicar a tarefa de elaboração de uma política consistente de Washington para o Oriente Médio.

Essa simbiose de ideais nacionais e realidades políticas, na verdade, pode ser observada nos EUA desde muito cedo em suas relações com outros povos e nações, numa indicação da dificuldade teórica de estabelecer fronteiras claras e precisas entre adeptos de uma e outra corrente. Dessa forma, a tentativa de equilibrar ideais nacionais (ou pessoais) e realidades políticas muitas vezes levou a posicionamentos ambivalentes. Foi o caso do próprio presidente Harry Truman, que no momento crucial do sonho sionista de recriação do Estado judeu na Palestina, em 1947 e 1948, pendulou entre o apoio e a rejeição. Dividido entre as preocupações da incipiente Guerra Fria, as demandas político-eleitorais domésticas e sua própria consciência, Truman superou afinal quaisquer dúvidas que ainda tivesse e reconheceu o Estado judeu 11 minutos após a declaração de independência em 14 de maio de 1948.

O posicionamento pendular de Truman repetiu-se em Presidências posteriores, com seguidos ocupantes da Casa Branca equilibrando-se entre interesses conflitantes e suas próprias convicções sobre a questão árabe-israelense, enquanto tomava formato e se fortalecia a sólida aliança que hoje existe entre os Estados Unidos e Israel.

Os dois papéis estratégicos de Israel

A irrupção de Israel na cena internacional, em 1948, deu-se em pleno início da Guerra Fria, opondo os EUA e o bloco capitalista de um lado, e a URSS e seus satélites socialistas do outro. Tal conflito levou muitos países a escolherem lados, colocando-se desde o começo junto a um ou outro campo. Uma quantidade de países, por outro lado, tentou aproveitar a situação e fazer de suas lealdades uma mercadoria no tabuleiro geopolítico internacional, acessível a quem se dispusesse a fazer a maior oferta. Esse fato já era observado naquela época nas páginas da “*Foreign Affairs*”, como aponta o professor de Ciência Política de Princeton Dankwart Rustow em “*Defense of the Near East*”, de janeiro de 1956.

De sua perspectiva estreita, muitos moradores do Oriente Médio — e especialmente árabes, que não têm tido qualquer contato direto com a Rússia — tendem a ver o presente conflito mundial como apenas mais uma disputa entre dois grupos de Potências europeias. Mais uma vez a tentação é aproveitar-se da tensão entre as potências para promover suas próprias aspirações políticas.²¹

Entre as novas fronteiras a serem defendidas, o Oriente Médio ocupava um lugar de destaque nas avaliações estratégicas de Washington. Ponte entre Europa e Ásia, a região era crucial por diversos motivos. Um deles é por ali encontrar-se o Canal de Suez, ligando o Mediterrâneo ao Mar Vermelho, e encurtando a rota marítima entre o Ocidente e o Oriente em mais de dez mil quilômetros. Além disso, a região era vista como uma importante base para um contra-ataque à

²¹ RUSTOW, Dankwart A. *Defense of the Near East*. *Foreign Affairs*, vol. 34, n. 2, janeiro de 1956.

União Soviética, uma vez que se encontra em seu flanco sul e porque “a fronteira ao longo da Turquia ao Afeganistão é a única região onde o poder soviético não se expandiu além de suas fronteiras de 1939”.²²

Outro aspecto primordial que, nos dias de hoje, está intrinsecamente ligado à ideia de Oriente Médio, é o petróleo. Entre 1938 e 1953, a produção mundial do combustível mais do que dobrou, mas no Oriente Médio ela multiplicou-se sete vezes, aumentando a participação da região de 6% para 20% do total produzido no planeta. E, mais do que isso, dois terços das reservas conhecidas do mundo na época se encontravam no Oriente Médio, que supria 80% da demanda da Europa Ocidental.

É todo este contexto que dá o pano de fundo para a avaliação do papel estratégico vislumbrado para Israel nas páginas da “Foreign Affairs” por articulistas de origens diversas. Dois aspectos se destacam: a dimensão política de estabilizador regional dada a Israel, e a dimensão militar de aliado potencial contra a URSS na Guerra Fria. Curiosamente, veremos posições diametralmente antagônicas.

Embora sua geração fundadora tivesse emigrado da Europa Central e Oriental para o Oriente Médio a bordo de um sonho socialista, Israel teve nos EUA e na comunidade judaica americana fortes aliados que contribuíram para tornar possível o sonho do Estado independente. Tal apoio encontrou expressão tanto política quanto econômica, fortalecendo-se nas décadas posteriores, embora não estivesse isento de variações de intensidade, hesitações e até mesmo confrontos episódicos ao longo de seu desenvolvimento— o que ocorre ainda hoje, sem que isso ameace a solidez da aliança.

Logo, desde o início da Guerra Fria, o país evitou o leilão internacional entre EUA e URSS e buscou posicionar-se decididamente sob o guarda-chuva de Washington. Tal postura seguia uma estratégia defendida pelo fundador do Estado de Israel, David Ben-Gurion, para se contrapor à oposição árabe ao movimento sionista. Segundo o historiador israelense Avi Shlaim, tal oposição levou Ben-Gurion a

Buscar apoio de um poder externo para compensar a fragilidade do movimento sionista. Sua orientação para uma grande potência era mais prática do que ideológica. Ao longo de sua carreira, ele defendeu uma orientação otomana, uma britânica e uma americana. As mudanças de orientação foram ditadas pela ascensão e queda da influência dessas grandes potências.²³

Na perseguição dessa estratégia, na “Foreign Affairs”, articulistas representativos dos interesses de Israel ou mais alinhados a eles procuraram vender o novo Estado judeu como um recurso estratégico para os Estados Unidos no Oriente Médio, um aliado confiável numa região em que governos de países árabes recém-independentes seriam hostis aos americanos ou, na melhor das hipóteses, vagamente leais.

Já no primeiro artigo sobre Israel na revista, em abril de 1951, o embaixador israelense nos EUA, Abba Eban, enumera as razões por que seu país seria uma boa aquisição ao rol de aliados americanos. Para pôr de lado quaisquer dúvidas sobre aonde as experiências e afinidades socialistas de Israel poderiam levar o país, Eban lembra que “há algo de inusitado no grau com que empresas livres convivem lado a lado com as mais avançadas formas de organização cooperativa e coletiva”.²⁴ Ele deixa claro que o Estado judeu é, antes de mais nada, uma sociedade de base capitalista.

²² Ibid.

²³ SHLAIM, Avi. Op. cit., p. 55.

²⁴ EBAN, Abba. Israel, the Emergence of a Democracy. *Foreign Affairs*, vol. 29, n. 3, abril de 1951.

Após discorrer amplamente sobre a proximidade de Israel do Ocidente e deixar claro onde estariam suas lealdades em caso de um conflito, Eban aponta para o fato de que

Israel tem uma capacidade de mobilização de 200.000 combatentes — um número constantemente sendo aumentado por imigração — e um variado parque industrial. Como tal, ele deve ser visto como um fator central em qualquer estimativa da capacidade de região de manter sua independência e integridade contra qualquer ataque.²⁵

Tendo já provado seu valor nos campos de batalha três anos antes contra uma coalizão de países árabes hostis, Israel indica pela voz de seu embaixador nos EUA que “a independência e a manutenção de instituições democráticas são causas pelas quais a massa dos cidadãos israelenses está disposta a lutar até o fim”, o que, segundo ele, “não é totalmente verdadeiro em relação a todos os Estados do mundo — ou no Oriente Médio — a ponto de não ter importância nos cálculos das grandes Potências”.²⁶

Em contraposição, num artigo de abril de 1954, o todo-poderoso secretário de Estado de Eisenhower e figura-chave do establishment da política externa americana indicava as prioridades dos EUA no mundo. Em “Policy for Security and Peace”, John Foster Dulles lista os novos desafios e obrigações que o país passou a ter no pós-guerra, em sua recém-inaugurada condição de superpotência. E aponta que “em face da ameaça soviética, nós nos engajamos em reconstruir nossa força militar e a de outros países livres”, indicando que “a pedra angular da segurança para as nações livres deve ser um sistema coletivo de defesa”.²⁷ Dulles cita o pacto de segurança coletiva das Américas (o Tiar), a Otan, tratados com Austrália, Nova Zelândia, Filipinas, Japão e Coreia, e também acordos com Turquia e Paquistão, mas em nenhum momento o nome de Israel é citado sequer uma única vez.

Tal fato pode, a meu ver, ser encarado como um indicador do pouco valor estratégico que setores importantes da formulação da política externa dos Estados Unidos, pela voz do secretário de Estado, naquele momento atribuíam ao país. Fica claro, com os dois artigos, que os 200 mil combatentes mencionados por Eban não tinham tido, ainda, efeito significativo nos cálculos militares de Washington para a defesa do Oriente Médio — ao menos a partir de pontos de vista publicamente expressos na revista. Mas que podem ser corroborados pelo fato de que, naquele momento, os EUA ainda não forneceram armamentos de ponta a Israel, o que só viria a acontecer a partir do governo Kennedy, em 1962, com a venda de mísseis Hawk.

Os supostos efeitos benéficos que Israel teria na manutenção de um equilíbrio na ordem internacional que fosse do interesse do Ocidente também aparecem na edição de abril de 1959. Em “Israel and the Afro-Asian World”, Arnold Rivkin — diretor do Projeto de Desenvolvimento Político e Econômico Africano do Centro de Estudos Internacionais do Massachusetts Institute of Technology (MIT) — argumenta que a amizade israelense com nações africanas é um contraponto às tentativas de Nasser de ganhar proeminência no continente em pleno processo de descolonização. No ano seguinte, 17 territórios coloniais vão declarar independência, juntando-se ao jogo da Guerra Fria. Segundo ele, a assistência econômica e técnica de Israel “oferece um modelo econômico como uma alternativa ao oferecido pela URSS”.²⁸ Uma barreira política ao turbulento Nasser e uma rota alternativa ao comunismo — duas condições que não poderiam ser ignoradas

²⁵ EBAN, A. Israel, the Emergence of a Democracy. *Foreign Affairs*, vol. 29, n. 3, abril de 1951.

²⁶ EBAN, A. Israel, the Emergence of a Democracy. *Foreign Affairs*, vol. 29, n. 3, abril de 1951.

²⁷ DULLES, J. F. Policy for Security and Peace. *Foreign Affairs*, vol. 32, n. 3, abril de 1954.

²⁸ DULLES, J.F. Op.cit.

por Washington.

Na década seguinte, as afinidades mútuas entre EUA e Israel já estavam bem fixadas e tinham se tornado “um relacionamento especial”, expressão usada pelo presidente Jimmy Carter, num longo distanciamento da observação feita por Abba Eban em 1951 de que o Estado judeu não tinha “compromissos nem alianças” com qualquer outro país:

Temos um relacionamento especial com Israel. É absolutamente crucial que ninguém em nosso país ou mundo afora jamais duvidem que nosso compromisso número um no Oriente Médio é proteger o direito de Israel de existir, de existir permanentemente, e de existir em paz.²⁹

O caráter especial desse relacionamento, porém, já aparece na “Foreign Affairs” muito antes de Carter expressá-lo de forma tão marcada. Autores de origem árabe ou americana não judaica já o apontavam nos anos 1950. Em janeiro de 1958, John S. Badeau, americano de cepa arabista, presidente da Near East Foundation e ex-presidente da Universidade Americana no Cairo (1945-53), também define essa relação nos seguintes termos:

Para nós, Israel representa nosso interesse mais antigo na área. (...) A continuidade de Israel como um Estado independente certamente representa um compromisso básico de política externa dos Estados Unidos, em parte porque é resultado de ação das Nações Unidas e em parte porque é uma obrigação nacional que nós voluntariamente assumimos.³⁰

Uma amizade custosa

Badeau não descuida de um outro aspecto pelo qual “Israel representa uma prioridade”³¹ para os EUA: a presença, em território americano, de uma considerável comunidade judaica, que constitui uma substancial base de apoio ao novo Estado. O autor, no entanto, faz uma ressalva importante de caráter estratégico à aliança com o Estado judeu, que, para ele, acaba se tornando mais pesada para os EUA do que deveria ser, prejudicando o próprio interesse nacional americano no Oriente Médio.

Contudo, há um outro ponto de vista do qual Israel *não* [grifo do autor] é uma prioridade. Claramente, o impasse entre Israel e o mundo árabe é uma das maiores barreiras ao nosso exercício exitoso de influência na área. Se qualquer outro pequeno país constituísse uma barreira similar numa área crítica do mundo, nós provavelmente estaríamos preparados para agir com considerável vigor para resolver a situação e ganhar para nós mesmos uma muito necessária boa vontade.³²

Essa avaliação do interesse nacional dos EUA no Oriente Médio, sem a inclusão obrigatória de Israel no seu núcleo — ou até mesmo se contrapondo a ele — é compartilhada na mesma época por outra dupla de arabistas americanos num artigo de julho de 1958. Em “Toward a Policy for the Middle East”, Richard H. Nolte, futuro embaixador no Egito por um breve período de três semanas na crise da Guerra dos Seis Dias (1967), e William R. Polk, do Center for Middle Eastern Studies, da Universidade de Harvard, alertam que os EUA não devem temer o nacionalismo árabe

²⁹ JEWISH VIRTUAL LIBRARY. U.S. Presidents & Israel: Quotes About Jewish Homeland & Israel.

³⁰ BADEAU, John S. The Middle East: Conflict in Priorities. *Foreign Affairs*, vol. 36, n. 2, janeiro de 1958.

³¹ Ibid.

³² BADEAU, John S, Op. cit.

nem considerá-lo uma força inimiga, mas sim encontrar uma forma de acomodação com essa potente locomotiva ideológica no Oriente Médio. Para eles, “se os Estados Unidos quiserem perseguir seus objetivos com sucesso no Oriente Médio, devem entender que a força social e política decisiva em operação lá é o nacionalismo árabe, e devem chegar a termos com ele”.³³ Ao pregarem uma abordagem menos hostil e mais compreensiva dos objetivos das forças nacionalistas árabes em ação naquele momento da História, Nolte e Polk — sempre tendo em vista o interesse nacional dos EUA, foco do artigo — ponderam que Washington deve ser mais equilibrada em seu tratamento de Israel para não suscitar percepções indevidas de favorecimento americano ao Estado judeu.

Desde essa ação americana [o apoio à criação de Israel em 1948], meio bilhão de dólares de ajuda dos EUA foram dados a Israel, equivalendo a duas ou três vezes as somas destinadas a todos os Estados árabes juntos, e mesmo a doações privadas americanas foi dada uma natureza quase oficial ao receberem isenções fiscais. Nestas e em outras formas os árabes encontraram evidências espaciações de sua própria inadequação, falta de prestígio a nossos olhos, e inferioridade. O resultado, apesar dos muitos milhões de dólares em várias formas de ajuda que foram dados aos árabes, tem sido emprestar grande ímpeto às características negativas do nacionalismo árabe e torná-lo hostil aos EUA.³⁴

No contexto dos anos 1950, então, é de se depreender que Israel não só — ao menos na visão dos autores sem ligação alguma com o país — não constituísse um ativo estratégico para os Estados Unidos no Oriente Médio, mas justamente o contrário. Lembremos que a década foi marcada, na região mas também fora dela, pela tentativa de montar alianças militares ao estilo da Otan, que servissem como barreiras a um possível avanço soviético no caso da eclosão da tão esperada Terceira Guerra Mundial. À Aliança Atlântica, em 1949, seguiram-se a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (Seato, na sigla em inglês), em 1954; o Pacto de Bagdá, em 1955, juntando Reino Unido, Irã, Iraque, Turquia e Paquistão (os EUA ficaram de fora, mas foram patrocinadores); uma fracassada tentativa de pôr de pé a Organização de Defesa do Oriente Médio (Medo), torpedeada pelo Egito. A acordos bilaterais de defesa, preferiam-se esquemas multinacionais que aumentassem o poder de fogo coletivo.

Com os republicanos na Casa Branca sob a batuta de Eisenhower entre 1953 e 1961, e John Foster Dulles no comando do Departamento de Estado, Israel não desfrutou do tratamento privilegiado que teria em tempos futuros, a despeito de toda a afinidade professada por dirigentes americanos. No episódio de Suez, em 1956, Eisenhower chegou mesmo a ameaçar não só Israel, mas o Reino Unido e a França, em nome dos interesses estratégicos mais amplos dos EUA de contenção da URSS. Para o secretário de Estado linha-dura, “o desafio era desviar a atenção do Oriente Médio do conflito árabe-israelense e canalizar as emoções para uma cruzada anticomunista mundial”.³⁵

Mesmo entre críticos da política americana para o Oriente Médio não alinhados diretamente a Israel, mas simpáticos ao país, não se enxergam nas páginas da “Foreign Affairs”, neste momento, argumentos que favoreçam especificamente uma aliança com o Estado judeu. No artigo “A Democrat Looks at Foreign Policy”, de outubro de 1957, o jovem senador democrata por

³³ H. NOLTE, Richard; POLK, William R. Toward a Policy for the Middle East. *Foreign Affairs*, vol. 36, n. 4, julho de 1958.

³⁴ H. NOLTE, Richard; POLK, William R. Op. Cit.

³⁵ GARDNER, Lloyd C. *Three Kings — the rise of na American Empire in the Middle East after World War Two*. New York: The New Press, 2009, p.145.

Massachusetts e futuro presidente John F. Kennedy diz que “estávamos certos ao apoiarmos o estabelecimento do Estado de Israel, cujos vigor democrático e eficácia militar suportaram os duros testes do desafio e da agressão externos”.³⁶ Apesar do comentário, no entanto, o senador não vai além desse elogio retórico, deixando de propor qualquer tratamento diferenciado para Israel, optando por abordagem abrangente que contemple um número maior de atores regionais.

No fim, foi preciso a invasão franco-britânica de Suez para empurrar os Estados Unidos ao reconhecimento da necessidade de uma política mais ampla e de maior sustentabilidade. Não há falta de indicadores do que essa política poderia incluir — um fundo multilateral de desenvolvimento regional, o esquema do Rio Jordão, um pool de alimentos fazendo uso imaginativo de nossos excedentes agrícolas, um programa para refugiados árabes. O que faltava era uma liderança política ativa para romper a paralisia de objetivos.³⁷

Observe-se que Kennedy não somente deixou de citar Israel nominalmente, como indicou especificamente a questão dos refugiados árabes — problema causado justamente pela criação do Estado judeu — como uma das possíveis e desejáveis áreas de ação americana na região. Dessa forma, por enquanto, nem republicanos nem democratas veem as necessidades de Israel como prioridades absolutas em suas avaliações estratégicas sobre a atuação dos Estados Unidos no Oriente Médio.

Na década seguinte, com a Guerra do Vietnã tornando-se a preocupação central dos EUA na área de política externa, e em breve, com suas imensas implicações, também na interna, articulistas simpáticos a Israel continuaram a bater na tecla das vantagens advindas de uma composição americana com o país. Por outro lado, articulistas sem vínculos claros com Israel continuam sem demonstrar uma inclinação por relações estratégicas preferenciais com o país.

É o caso do já citado William K. Polk, que no artigo “The Nature of Modernization”, de outubro de 1965, esmiúça como a rápida modernização dos países do Oriente Médio está mudando a região internamente e a maneira como tal processo afeta suas relações com os EUA e o interesse americano. Ele adverte que os EUA devem ser resilientes em suas relações internacionais e, “como a própria área, os interesses americanos no Oriente Médio são dinâmicos e devem ser sujeitos a revisões constantes”, sempre tendo em vista que “nosso interesse em impedir a intrusão soviética permanece”.³⁸

A Guerra dos Seis Dias: de amigo distante a aliado de facto

Outro artigo que vale citar nesses anos é o do já mencionado historiador pró-Israel Bernard Lewis. Em sua avaliação da Guerra dos Seis Dias, na edição da “Foreign Affairs” de janeiro de 1968, meses após o conflito, Lewis faz um amplo arrazoado das causas do fracasso árabe e de suas implicações no confronto maior da Guerra Fria, sem, no entanto, nunca lançar-se numa defesa direta dos interesses de Israel — mas deixando claro qual lado tinha, em sua visão, mais a oferecer em termos estratégicos.

Antes de prosseguir, é preciso lembrar que a Guerra dos Seis Dias, travada entre 5 e 10 de junho de 1967, foi vencida por Israel contra uma coalizão envolvendo Egito, Síria e Jordânia. Como resultado, Israel tomou ao Egito a Península do Sinai e a Faixa de Gaza; conquistou as Colinas de

³⁶ KENNEDY, John F. A Democrat Looks at Foreign Policy. *Foreign Policy*, vol. 36, n. 1, outubro de 1957.

³⁷ KENNEDY, J.F. Op.cit.

³⁸ POLK, William R. The Nature of Modernization. *Foreign Affairs*, vol. 44, n. 1, outubro de 1965.

Golã, pertencentes à Síria; e ocupou a Cidade Velha de Jerusalém e a Cisjordânia, sob controle da Jordânia. Ao fim do conflito, Israel quase quadruplicara de tamanho. “A Guerra dos Seis Dias foi a vitória militar mais espetacular da História de Israel”,³⁹ definiu Avi Shlaim. Mas, lembra ele, o país “sofreu uma grande perda na frente diplomática: a ruptura das relações com a União Soviética”,⁴⁰ aliada dos regimes egípcio e sírio. Segundo Shlaim, o afastamento entre os dois países “também estimulou Moscou a intensificar seu apoio diplomático e militar aos inimigos de Israel depois da guerra”.⁴¹

A vitória israelense e a ruptura das relações com a URSS abrem caminho para uma maior aproximação com os Estados Unidos, transformando as relações do pequenino Estado judeu às margens do Mediterrâneo com a superpotência anglo-saxã do outro lado do Atlântico. Segundo o historiador americano-israelense Michael B. Oren,

A guerra também foi crucial para as relações dos Estados Unidos com a região. Para os milhões de evangélicos americanos que sempre tinham valorizado Israel como o cumprimento das profecias bíblicas, a Guerra dos Seis Dias foi um ato de intervenção divina com o objetivo de apressar a chegada da era messiânica. Mas a vitória também persuadiu formadores de políticas americanos, muitos dos quais tinham anteriormente aconselhado contra a manutenção de relações próximas com o Estado judeu, a ver Israel como o pequeno mas musculoso par dos Estados Unidos na Guerra Fria.⁴²

No artigo “The Arab-Israeli War”, de Bernard Lewis, publicado sete meses após a avassaladora vitória de Israel, já é possível depreender essa “transformação de Israel aos olhos americanos de amigo distante em aliado *de facto*”.⁴³ Segundo a argumentação de Lewis, Israel livrou os EUA do perigo de um confronto direto com a URSS. Lewis conclui que

felizmente para os Estados Unidos, tal escolha não foi necessária. Por meio de nenhum mérito próprio ou sabedoria em particular, as potências ocidentais emergiram de uma situação perigosa com o que se revelaram ser apenas feridas superficiais. (...) Elas tiveram sorte de que o Estado que era geralmente visto como seu protegido não precisou ser resgatado.⁴⁴

Tal autossuficiência em termos de segurança, eximindo as grandes potências aliadas (leia-se, os EUA) da necessidade de uma intervenção direta com suas próprias tropas para salvar o país do que se apresentava, na percepção de muitos, como a possibilidade de destruição completa, não era um argumento de pouco valor naquele momento da Guerra Fria. No mesmo mês em que Lewis publicou seu artigo, os norte-vietnamitas, junto com a guerrilha comunista vietcong, lançaram a Ofensiva do Tet contra as forças americanas e suas aliadas locais no Vietnã do Sul. Embora ao final a ofensiva fosse repelida, teve efeitos que foram além do campo de batalha. “As cenas de combates nas ruas de Saigon, Hué, Quang Tri, Da Nang e outros 32 centros provinciais, transmitidas para os Estados Unidos, destroçaram a propaganda da Casa Branca. A guerra não estava sendo ganha — essa era a mensagem do Tet”.⁴⁵

³⁹ SHLAIM, Avi. Op. cit., p. 298.

⁴⁰ Ibid, Loc. cit.

⁴¹ Ibid, p. 308.

⁴² OREN, M.B. Op. cit., p. 527.

⁴³ LEWIS, Bernard. The Arab-Israeli War. *Foreign Affairs*, vol. 46, n. 2, janeiro de 1968.

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ MAGNOLI, Demetrio. Guerras da Indochina. In: MAGNOLI, Demetrio. *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 410.

Mensagem esta que, de acordo com Laurence Shoup e William Minter, estava sendo assimilada nos círculos de comando nos EUA. Segundo eles, o consenso da linha-dura sobre a política a ser seguida no Vietnã fora mantido no período 1965-1967, que marcou o maior engajamento americano no Sudeste Asiático. Contudo, ressaltam, a Ofensiva do Tet “pôs em marcha uma série de eventos que levou a uma das mais notáveis reviravoltas na história da política externa americana”.⁴⁶ Convocado pelo presidente Lyndon Johnson, o Senior Advisory Group on Vietnam — um grupo de estadistas e homens públicos mais experientes com o qual o chefe da Casa Branca se aconselhava sobre a guerra ao menos uma vez por ano — manifestou-se em peso contra a continuidade do conflito, que naquele ano atingiu o auge da concentração de tropas americanas, com o deslocamento de mais de 530 mil militares.

Assim, Lewis acena com a possibilidade “de as potências se desengajarem “das areias movediças do Oriente Médio”.⁴⁷ Tal oferta — altamente tentadora para um país já atolado até o pescoço num conflito externo das proporções da Guerra do Vietnã, e mergulhado numa situação de conflagração interna dela resultante — é tornada ainda mais sedutora por Lewis ao afirmar que, dadas as devidas garantias, os israelenses “sentem-se confiantes de que conseguem lidar com seus vizinhos árabes”.⁴⁸ E ele finaliza: “O que Israel aprendeu é o que os vitoriosos sempre aprendem — que eles estavam certos desde o início”.⁴⁹

Na mesma linha de defesa sutil e indireta do valor do país para os Estados Unidos num contexto de Guerra Fria já apresentado antes segue o historiador judeu anglo-americano Walter Ze'ev Laqueur, que destrincha o papel da URSS no Oriente Médio num artigo de janeiro de 1969. Em “Russia Enters the Middle East”, Laqueur foca primariamente nas relações de Moscou com o mundo árabe, mas ao fazê-lo, por tabela — pelo fato de russos e americanos estarem envolvidos numa disputa por hegemonia nos quatro cantos do planeta — também analisa os interesses de Washington.

O historiador, que perdeu os pais no Holocausto e morou em Palestina/Israel entre 1938 e 1953, começa ressaltando o foco soviético na região descrita por ele como parecendo “destinada a tornar-se a principal zona de perigo da política mundial”.⁵⁰ Num cenário de disputa entre as superpotências, só pode ser do interesse americano o fato de que “a vitória israelense em 1967 foi um enorme agravamento para os russos, especialmente para líderes militares”.⁵¹ Subentendido está que no espírito da Doutrina Truman, onde quer que Moscou sofra um revés, aí há um interesse americano. Segundo Laqueur, “Israel tem sido um obstáculo importante a políticas soviéticas no Oriente Médio” e “após a Guerra dos Seis Dias os líderes soviéticos tiveram de revisar sua imagem do Estado judeu”.⁵² Com tudo isso, difícil não concluir ao final do artigo que a aliança com Israel, afinal, é do interesse dos EUA, pois o país e seu poderio militar são uma enorme pedra no sapato da URSS no Oriente Médio.

A questão da segurança para as grandes potências vinculada ao conflito na região volta à tona no artigo “Slogans and Realities”, publicado na edição de julho de 1969, de autoria de George W. Ball, subsecretário de Estado entre 1961 e 1966, nos governos Kennedy e Lyndon Johnson, e brevemente embaixador americano na ONU em 1968. Contrário à ideia de que a Guerra do Vietnã

⁴⁶ SHOUP, L.; MINTER, W. Op. cit., p. 241.

⁴⁷ LEWIS, Bernard. Op. Cit.

⁴⁸ Ibid.

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ LAQUEUR, Walter. Russia Enters the Middle East. *Foreign Affairs*, vol. 47, n. 2, janeiro de 1969.

⁵¹ Ibid.

⁵² Ibid.

— da qual ele foi forte crítico, em relação à escalada do envolvimento dos EUA — tenha solapado o poder americano e a capacidade do país de se engajar na solução de problemas mundiais, Ball prega uma ação em conjunto com a União Soviética.

Hoje, a obtenção de estabilidade no Oriente Médio aparece alto no ranking de prioridades. Para os Estados Unidos, assim como para a União Soviética, o significado estratégico daquela área excede o da península do Sudeste Asiático por um fator de quatro ou cinco. É geograficamente muito mais perto do coração do poder (o que corresponde quase axiomáticamente ao coração do perigo). Ela contém vastos recursos de petróleo, que são não somente um importante investimento dos Estados Unidos mas a principal fonte de energia para a Europa Ocidental. Incluindo o litoral Sul e Leste do Mediterrâneo, ela tem sido por séculos uma fonte de atração para governos russos. Inclui o Canal de Suez, que, embora não seja mais comercialmente importante para os Estados Unidos e, na melhor das hipóteses, um patrimônio cujo valor se perde com o tempo para o Egito, é de maior interesse estratégico para a União Soviética. Finalmente, é uma área fendida por paixão, na qual os Estados Unidos podem beneficiar-se de relações amistosas com ambos os lados mas têm compromissos emocionais e históricos com o Estado de Israel.⁵³

É importante destacar que, em sua argumentação, Ball reconhece a relação especial entre seu país e Israel, mas ela assume caráter “emocional e histórico”, não estratégico. Dos dois recursos estratégicos citados ao enfatizar a importância do Oriente Médio, Israel é um produtor insignificante do primeiro (o petróleo) e inutilizou o segundo (o Canal de Suez), fechado com a guerra. Ball também ressalta que os Estados Unidos podem beneficiar-se da amizade com os dois lados na disputa árabe-israelense.

Em face dessas realidades, não temos opção razoável a não ser nos afastarmos da política passiva. A melhor — e talvez a única — esperança para a paz é que, por meio de negociação firme e paciente com a União Soviética, podemos ser capazes de acertar entre nós os termos concretos de um acordo que salvaguardaria os interesses tanto de Israel como de seus vizinhos árabes.⁵⁴

A intensificação da Guerra do Vietnã — com o retumbante fracasso americano cada vez mais evidente — e a chegada do governo republicano de Nixon à Casa Branca em 1969 deram impulso ao novo status de Israel de aliado *de facto* dos EUA conquistado após a Guerra dos Seis Dias. As motivações ideológicas que moviam Nixon e seu assessor de Segurança Nacional, Henry Kissinger, estiveram presentes na construção de um alinhamento mais intenso com Israel, mas o contexto nacional e internacional também favoreceu essa aproximação. O débâcle americano no Vietnã teve um papel nada desprezível na mudança. Desde 1965, quando os EUA mergulharam no conflito no Sudeste Asiático, suas baixas só faziam subir. E 1968, com 16.899 mortes de militares americanos, fora o mais violento para o país, marcando o auge do derramamento de sangue que já acumulava até então mais de 36 mil vidas perdidas e que levou a um movimento antiguerra cada vez mais poderoso. Nixon fora eleito com a plataforma que incluía, entre outras promessas, tirar os EUA do conflito.

A esse caldeirão de acontecimentos internos e externos que levaria à “primeira clara derrota do império global americano formado depois da Segunda Guerra Mundial”,⁵⁵ o contexto

⁵³ BALL, George W. Slogans and Realities. *Foreign Affairs*, vol. 47, n.4, julho de 1969.

⁵⁴ Ibid.

⁵⁵ ZINN, Howard. *A people's history of the United States: 1492 to present*. Nova York: Harper Perennial,

internacional acrescentou outros ingredientes. Na Líbia, o governo pró-Occidente do rei Idriss foi derrubado em setembro de 1969 por um golpe militar comandado por Muamar Kadafi, que pôs o país na órbita de Moscou. Em junho do mesmo ano, uma ala radical marxista da Frente de Libertação Nacional chegou ao poder no Iêmen do Sul, colocando o extremo sul da Península Arábica — e porta de passagem do Mar Vermelho, importante rota do petróleo mundial — sob o comando de um regime alinhado ao Kremlin. Além disso, Nasser, em busca de recuperar seu prestígio diante das massas árabes estilhaçado pela derrota na Guerra dos Seis Dias, dava corda à Guerra de Atrito com Israel, aumentando a tensão.

Foi nesse contexto que ocorreu a primeira tentativa do governo Nixon de alcançar um acordo de paz entre árabes e israelenses, o Plano Rogers. Anunciada em dezembro de 1969 pelo secretário de Estado, William Rogers, a iniciativa — que buscava o apoio da URSS — acabaria em fracasso. Por sua vez, a aliança entre EUA e Israel, que ganhara nova roupagem após a Guerra dos Seis Dias, aos poucos se consolidava.

Um passo à frente foi dado no episódio do Setembro Negro, quando guerrilheiros palestinos sequestraram cinco aviões em três dias, explodindo quatro deles diante das câmeras de TV no deserto jordaniano em setembro de 1970. O episódio levou o governo jordaniano a agir contra o verdadeiro Estado — que a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) havia criado dentro do reino hashemita, como um poder paralelo. A intervenção síria do lado palestino levou o governo jordaniano a pedir apoio aos EUA, que por sua vez solicitou a colaboração militar de Israel “por temer que qualquer tentativa de ajudar o reino militarmente provocaria os soviéticos a intercederem na Síria e deflagraria um choque direto das superpotências”.⁵⁶ Israel atendeu ao pedido da Casa Branca e pôs suas forças em alerta, mas o Exército jordaniano acabou dando conta sozinho do recado. Mas a “Casa Branca (...) lembraria por muito tempo a prontidão de Israel para lutar a pedido dos Estados Unidos. Nos três anos seguintes, a ajuda militar americana ao Estado judeu multiplicou-se por dez e a pressão por concessões territoriais israelenses cessou”.⁵⁷

Apesar do estreitamento das relações com Israel, é crucial lembrar que Nixon também perseguiu um melhor relacionamento com os árabes, numa dupla abordagem da situação no Oriente Médio. “Quando Nixon assumiu o cargo”, aponta Steven Spiegel, “as relações americanas com o mundo árabe estavam novamente em baixa e ele estava determinado a melhorá-las”.⁵⁸ O que levou a uma situação em que, destaca Herbert Druks, “Israel podia esperar ter algum apoio dos EUA por tanto tempo quanto os Estados Unidos considerassem ser de seu interesse soberano ajudar Israel”.⁵⁹

A aliança e a ameaça a Israel: duas visões opostas

Como se pode ver pelos artigos já mencionados, até o início dos anos 1970 poucos são os articulistas que enveredam pela defesa da utilidade estratégica de Israel para os EUA no Oriente Médio. Os que se empenham nessa linha de argumentação geralmente têm algum vínculo com o Estado judeu. Dentro do contexto maior que envolve as relações entre os países nas décadas

1995, p. 492.

⁵⁶ OREN, M. B. Op. Cit. p. 530.

⁵⁷ Ibid, loc. cit.

⁵⁸ SPIEGEL, Steven. L. *The other Arab-Israeli Conflict – Making America’s Middle East Policy from Truman to Reagan*. Chicago: The University of Chicago Press, 1985, p. 178.

⁵⁹ DRUKS, Herbert. *The Uncertain Alliance – the U.S. and Israel from Kennedy to the Peace Process*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 2001, p. 68.

posteriores à Segunda Guerra Mundial — a Guerra Fria entre as superpotências e a perspectiva de um confronto nuclear — pouco valor prático é encontrado numa aliança entre os Estados Unidos e o pequenino Israel.

Tal perspectiva é assumida ainda em outubro de 1972 pelo historiador e diplomata George F. Kennan, um dos teóricos da política de contenção da URSS. Em “After the Cold War”, Kennan minimiza as preocupações dos EUA no conflito com a URSS, alegando que os americanos têm, na verdade, menos áreas de confronto com os soviéticos do que o imaginado, o mesmo podendo ser dito sobre suas obrigações de defesa para com outros países. Além da Otan e da Coreia do Sul, ele cita apenas Japão e Israel entre estes. Sobre o Japão, onde um “interesse vital” claro é apontado em “assegurar que o imenso potencial industrial do arquipélago japonês não se torne associado, por meio de qualquer relação de dependência ou influência indevida, com a vasta mão de obra da China continental ou o formidável potencial militar da União Soviética”.⁶⁰ Já em relação a Israel, Kennan é menos assertivo sobre o valor do país para os EUA. Para ele, o compromisso americano com o Estado judeu “é fundado menos em interesses geopolíticos demonstráveis do que no caso do Japão”, embora “seja não menos real”.⁶¹ De acordo com o teórico-mor da política de contenção da URSS, pilar da atuação americana na Guerra Fria, o que move os Estados Unidos a se manterem firmes na defesa de Israel são considerações de outra categoria.

Ninguém poderia negar que os Estados Unidos, por sua conduta ao curso de 25 anos, incorreu num pesado compromisso moral com a preservação do Estado de Israel e a proteção de seus habitantes contra o massacre ou desastre político nas mãos de seus irreconciliáveis vizinhos árabes.⁶²

Tal situação teve implicações na postura israelense em relação a seus vizinhos no Oriente Médio. Para o historiador israelense Avi Shlaim, “a confiança de Israel em sua capacidade de preservar a situação vigente tinha duas origens principais: equilíbrio militar favorável e forte apoio dos Estados Unidos”.⁶³ Segundo ele,

Durante a Presidência de Richard Nixon, o relacionamento entre os dois países desenvolveu-se gradualmente em uma íntima parceria estratégica (...). O Oriente Médio (...) era o principal campo de operações da rivalidade das superpotências desde o início da Guerra Fria. Porém, em contraste com sua percepção na década de 1950, agora os Estados Unidos percebiam Israel como um bastião da ordem regional e como um recurso estratégico no Oriente Médio.⁶⁴

Yom Kippur: a aliança com Israel x o imperativo econômico árabe

A Guerra do Yom Kippur foi um divisor de águas no Oriente Médio, assim como o conflito de 1967, que estabelecera a hegemonia militar de Israel e a ocupação de terras de três vizinhos árabes, além de girar o timão da política externa americana rumo a um alinhamento ainda mais próximo ao Estado judeu. Na tarde de 6 de outubro de 1973, início do feriado do Yom Kippur, os exércitos egípcio e sírio atacaram subitamente Israel. Apanhado com a guarda baixa, o país sofreu sérios reveses nos primeiros dias, com as forças egípcias retomando parte do Sinai, e as sírias

⁶⁰ KENNAN, George F. *After the Cold War. Foreign Affairs*, vol. 51, n. 1, outubro de 1972.

⁶¹ Ibid.

⁶² Ibid.

⁶³ SHLAIM, A. Op. cit., p. 353.

⁶⁴ SHLAIM, A. Op. cit., p. 353.

penetrando no próprio território israelense. “A história militar oferece poucos paralelos de uma surpresa estratégica tão completa quanto aquela alcançada pelo Egito e pela Síria”,⁶⁵ diz o historiador Avi Shlaim.

Com os árabes sendo reabastecidos por Moscou em suas necessidades de equipamento militar, a ameaça de derrota de Israel levou o governo americano a agir, estabelecendo uma ponte aérea que entregou aos israelenses 22 mil toneladas de material bélico, que tiveram papel fundamental na virada da mesa no campo de batalha. A Guerra do Yom Kippur só terminaria em 25 de outubro, com um cessar-fogo imposto por intervenção dos EUA e da URSS, após um contra-ataque israelense que retomou os territórios previamente perdidos e pôs sírios e egípcios na defensiva de novo.

Nas páginas da “Foreign Affairs”, o debate sobre o relacionamento entre EUA e Israel continua, após a Guerra do Yom Kippur, sem indicar um motivo estratégico claro e convincente — nas circunstâncias geopolíticas existentes — que justifique o cada vez mais sólido apoio conseguido pelo Estado judeu em Washington. Pelo contrário. No ano de 1974, os temas econômicos praticamente dominaram as edições da revista, no rastro do choque do petróleo causado pelo embargo árabe no conflito, que em poucos meses mais que quadruplicou o preço do combustível. Com o Ocidente sentindo a cimitarra no pescoço, subitamente consciente na prática e não apenas na teoria da sua vulnerabilidade diante dos países produtores de petróleo do Oriente Médio — excetuando-se o Irã, todos árabes — uma solução definitiva para o conflito árabe-israelense ganhou uma importância generalizada. Em artigo algum, no entanto, o ponto de vista de Israel é o defendido com exclusividade. O que importa, para os articulistas que se pronunciaram naquele ano, é uma paz que garanta não somente uma relação estável dos EUA e dos países industrializados com as nações produtoras de petróleo, como também que mantenha a União Soviética longe do Oriente Médio, evitando a possibilidade de um confronto entre as superpotências.

Num artigo na edição de janeiro de 1974, a pouca importância estratégica de Israel *per se* é sugerida nas entrelinhas pelo autor, o jornalista americano — e, curiosamente, também judeu — Stephen S. Rosenfeld, especializado em Oriente Médio e Guerra Fria. Em “Dilemmas of Détente: Pluralism and Policy”, ele trata do impacto que a política interna dos EUA têm na formulação de sua política externa, e começa apontando o que apresenta como êxitos de Nixon na área internacional “ao reduzir os riscos de guerra nuclear e de confronto entre as superpotências, suavizar alguns temas políticos, e abrir perspectivas para mais cooperação política e econômica”.⁶⁶ Para Rosenfeld, a détente “também criou dentro e sobre os Estados Unidos novas pressões para retirar-se das várias regiões onde, após a Segunda Guerra Mundial, [o país] tornou-se parte do equilíbrio local de poder”.⁶⁷ É aí que o jornalista aponta o que considera o núcleo do apoio americano a Israel. “Em relação ao Oriente Médio”, diz ele,

ambas as essências étnica e econômica da política americana são mais conspícuas: a influência política judaica está no coração do apoio americano a Israel, a despeito de todas as justificativas estratégicas e morais dadas por alguns apoiadores de Israel, e às vezes pelo próprio governo.

Em outros artigos das edições de “Foreign Affairs” em 1974, o conflito árabe-israelense

⁶⁵ Ibid, p. 363.

⁶⁶ ROSENFELD, Stephen S. Dilemmas of Détente: Pluralism and Policy. *Foreign Affairs*, vol. 52, n. 2, janeiro de 1974.

⁶⁷ Ibid.

praticamente perde sua dimensão local, sendo apenas mencionado como componente da crise econômica global desencadeada pelo choque do petróleo e como perigo que ainda pressupunha para a relação entre as superpotências. Na edição seguinte, de abril, 5 dos 11 artigos são dedicados à análise das consequências da nova situação que levou os países consumidores a aumentarem os gastos com importação de petróleo de cerca de US\$ 20 bilhões em 1972 para mais de US\$ 100 bilhões em 1974.

Todos os cinco artigos têm como antetítulo “The Year of Economics”, ressaltando a importância do tema na nova geopolítica mundial, na qual o Oriente Médio tem papel-chave, uma vez que 8 dos 12 membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) eram da região — sendo que 7 deles, árabes (Arábia Saudita, Iraque, Qatar, Kuwait, Líbia, Argélia e Emirados Árabes Unidos). Economia e petróleo eram o dueto que naquele momento mobilizava as atenções da “Foreign Affairs”.

Dentro desse quadro, é surpreendente ver como as opiniões emitidas nos artigos levam a imaginar que os Estados Unidos — na defesa de seus interesses estratégicos nacionais, na forma como foram ali articulados — deveriam tomar uma linha de ação justamente que se distanciasse de uma aliança com Israel ou implicasse uma pressão mais decidida sobre o país, a fim de que Washington atingisse seus próprios objetivos.

Em “The Economic Consequences of the Energy Crisis”, Gerald A. Pollack, assessor econômico sênior da Exxon Corporation e ex-subsecretário-assistente de Comércio para Assuntos Econômicos dos EUA, trata justamente do impacto da multiplicação por quase cinco do preço do petróleo desde a Guerra do Yom Kippur. Em seu diagnóstico da situação, Pollack afirma que a “questão da instabilidade financeira pode resultar em ser a maior das ameaças interpostas pela crise de energia”.⁶⁸

Em “US Trade Policy: The New Political Dimensions”, William Diebold Jr., membro do CFR, também pinta um quadro em que

se os produtores de petróleo se mantiverem juntos e os consumidores de petróleo não encontrarem uma forma melhor de se conduzirem do que brigar pelos favores deles, haverá uma guerra comercial. E o jogo de soma zero em que eles terão transformado o comércio provavelmente será estendido ao resto de suas relações também.⁶⁹

Rosenfeld, Pollack, Diebold... todos os três articulistas demonstram de maneira mais ou menos direta a preocupação com os graves efeitos da Guerra do Yom Kippur, nomeadamente a crise econômica desencadeada pelo embargo de petróleo na economia do planeta, e as possíveis implicações que podem ter na estabilidade política global — encabeçadas pelo risco de uma batida de frente entre EUA e URSS. Nessa preocupação não está incluído o relacionamento especial americano com Israel.

Motivos estratégicos não predominantes

Após vasculhar 30 anos de edições da “Foreign Affairs” — foram analisados 51 artigos de 47 autores sobre a política externa americana (16 autores/16 artigos), Oriente Médio (29 autores/

⁶⁸ POLLACK, Gerald A. The Year of Economics: The Economic Consequences of the Energy Crisis. *Foreign Affairs*, vol. 52, n.3, abril de 1974.

⁶⁹ DIEBOLD Jr., William. The Year of Economics: US Trade Policy: The New Political Dimensions. *Foreign Affairs*, vol. 52, n. 3, abril de 1974.

33 artigos) e economia pós-1973 (2 autores/2 artigos) — não foi possível encontrar argumentações inequívocas, da maneira como foram expressas na publicação, que possam justificar a aliança entre EUA e Israel no formato em que se apresenta hoje. Tal formato pressupõe que o sólido apoio encontrado pelo Estado judeu junto ao poderoso aliado é mantido às custas de vários graus de desgaste de sucessivos governos americanos diante de muitos outros países e de uma parcela da opinião pública interna. Não foi possível visualizar uma importância incontestada de Israel para os interesses nacionais americanos nem uma defesa majoritária das políticas e necessidades do Estado judeu, da forma como levadas a cabo ou expressas por seus governantes.

Não há nos artigos uma preponderância de pontos de vista que justifiquem o alinhamento decidido dos EUA ao lado de Israel construído paulatinamente após a Segunda Guerra, e consolidado a partir da Guerra dos Seis Dias. Nem que possam fundamentar a grande independência de ação que Israel obteve — sem ver ameaçado seu status de maior recipiente de recursos internacionais por parte dos EUA — diante do que se poderiam considerar os interesses nacionais americanos. Há um claro contraste nas avaliações de historiadores de hoje sobre o posicionamento dos EUA em relação a Israel após 1967, enxergando no país um recurso estratégico, e os artigos escritos na época por diversos articulistas, que não viam a questão por esse prisma. Desta maneira, ficam em aberto outras hipóteses. Algumas delas já se deixam vislumbrar nos artigos da própria “Foreign Affairs”, mas ficaram fora desta análise.

É curioso notar que uma aliança militar formal entre Estados Unidos e Israel nunca foi realizada. Tal fato chama a atenção, dado que os Estados Unidos se engajaram formalmente em compromissos militares de defesa com dezenas de países após a Segunda Guerra, numa reviravolta do que foi o seu comportamento internacional desde a independência em 1776. Já em 1967, a Comissão de Relações Exteriores do Senado americano informava ao Departamento de Estado que Washington havia contraído obrigações do tipo com 42 países. Mas, como disse o historiador David Fromkin no artigo “Entangling Alliances”, de julho de 1970, “tratados de aliança são supervalorizados”.⁷⁰ Ele lembra que nos cem anos anteriores a 1941, quando os americanos entraram na Segunda Guerra, os Estados Unidos e o Reino Unido jamais tiveram um tratado formal, mas ainda assim agiram como aliados. “Quando identidade de interesses existe entre as partes”, diz Fromkin, “um tratado usualmente não é necessário; quando ela não existe, frequentemente um tratado não é cumprido”.⁷¹

No caso de Israel, a História vem mostrando que o historiador tem razão. A despeito de razões estratégicas não aparecerem de forma irrefutável, nas páginas da “Foreign Affairs”, para justificar o grau incomparável de apoio que o país alcançou por parte dos Estados Unidos, claramente existe uma identidade de interesses. Caso contrário, o sólido relacionamento entre americanos e israelenses dificilmente se sustentaria por tanto tempo diante das turbulências que tem enfrentado.

Bibliografia

BARD, Mitchell G. *Mitos e fatos - a verdade sobre o conflito árabe-israelense*. São Paulo: Sefer, 2004.

COTTAM, Richard. U.S. Policy in the Middle East. In: HOOSHANG, A. *The United States and the*

⁷⁰ FROMKIN, David. Entangling Alliances. *Foreign Affairs*, vol. 48, n. 4, julho de 1970.

⁷¹ FROMKIN, David. Op. Cit.

Middle East. Albany: State University of New York Press, 1993.

DRUKS, Herbert. *The Uncertain Alliance - the U.S. and Israel from Kennedy to the Peace Process*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 2001.

MAGNOLI, Demetrio. Guerras da Indochina. In: MAGNOLI, Demetrio. *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2006.

OREN, Michael B. *Power, Faith and Fantasy - America in the Middle East 1776 to the Present*. Nova York: W.W. Norton & Company, Inc, 2007.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SHLAIM, Avi. *A muralha de ferro - Israel e o mundo árabe*. Rio de Janeiro: Ed.Fissus, 2004.

SHOUP, Lawrence H.; MINTER, William. *Imperial Brain Trust - The Council on Foreign Relations & United States Foreign Policy*. Lincoln: Authors Choice Press, 2004.

SPIEGEL, Steven. L. *The other Arab-Israeli Conflict - Making America's Middle East Policy from Truman to Reagan*. Chicago: The University of Chicago Press, 1985.

ZINN, Howard. *A people's history of the United States: 1492 to present*. Nova York: Harper Perennial, 1995.

Textos da internet

AVISHAI, Bernard. Netanyahu and the Republicans. *The New Yorker*, 4/2/2015. Disponível em: <<http://www.newyorker.com/news/news-desk/netanyahu-republicans>>. Acesso em: 15/3/2016.

BAKER, Peter. In Congress, Netanyahu faults 'bad deal' on Iran Nuclear Program, *The New York Times*, 3/3/2015. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2015/03/04/world/middleeast/netanyahu-congress-iran-israel-speech.html?_r=0>. Acesso em: 15/3/2016.

COREN, Ora; FELDMAN, N. U.S Aid to Israel totals \$ 233,7b Over Six Decades. *Haaretz*, 20/3/2013. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/israel-news/business/u-s-aid-to-israel-totals-233-7b-over-six-decades.premium-1.510592>>. Acesso em: 16/3/2016.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. 2014 Annual Report, p. 5. Disponível em: <goo.gl/EiZRpg>. Acesso em: 3/12/2016.

_____. *Foreign Affairs Again Ranked Most Influential of All Media by U.S. Opinion-Leader Study*. Disponível em: <http://www.cfr.org/world/foreign-affairs-again-ranked-most-influential-all-media-us-opinion-leader-study/p12277>. Acesso em: 20/3/2016.

JEWISH VIRTUAL LIBRARY. *U.N. Security Council: U.S. Vetoes of Resolutions Critical to Israel*. Disponível em: <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/UN/usvetoes.html>. Acesso em: 16/3/2016.

_____. JEWISH VIRTUAL LIBRARY. *U.S. Presidents & Israel: Quotes About Jewish Homeland & Israel*. Disponível em: <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/US-Israel/presquote.html>>. Acesso em: 9/1/2017.

LADEN, Osama bin. Bin Laden's 'letter to America'. *The Guardian*, 24/11/2002. Disponível em:<<http://www.theguardian.com/world/2002/nov/24/theobserver>>. Acesso em: 27/4/2016.

LOBE, J. *Realists rule?*. Inter Press Service News Agency, 19/8/2005. Disponível em: <<http://www.ipsnews.net/2005/08/politics-us-realists-rule/>>. Acesso em: 17/3/2016.

MEARSHEIMER, J.J.; WALT, S. M. The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy, *Middle East Policy*, vol XIII, No. 3, Fall 2006. Disponível em: <<http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/IsraelLobby.pdf>>.

Acesso em: 16/3/2016.

SHOUP, Laurence H. *Wall Street's Think Tank*, p. 64 e 65. Disponível em: <goo.gl/XV176d>. Acesso em: janeiro de 2017.

Textos da “Foreign Affairs”

BADEAU, John S. The Middle East: Conflict in Priorities. *Foreign Affairs*, vol. 36, n.2, janeiro de 1958. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/1958-01-01/middle-east-conflict-priorities>>. Acesso em: 10/1/2017.

BALL, George W. Slogans and Realities. *Foreign Affairs*, vol. 47, n.4, julho de 1969. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/1969-07-01/slogans-and-realities>>. Acesso em: 17/1/2017.

DIEBOLD Jr., William. The Year of Economics: US Trade Policy: The New Political Dimensions. *Foreign Affairs*, vol. 52, n.3, abril de 1974. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/1974-04-01/year-economics-us-trade-policy-new-political-dimensions>>. Acesso em: 4/2/2017.

DULLES, John Foster. Challenge and response in United States Policy. *Foreign Affairs*, vol. 36, n.1, outubro de 1957. Disponível em <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1957-10-01/challenge-and-response-united-states-policy>>. Acesso em: 7/4/2016.

_____. Policy for Security and Peace. *Foreign Affairs*, vol. 32, n.3, abril de 1954. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1954-04-01/policy-security-and-peace>>. Acesso em: 9/5/2016.

EBAN, Abba. Israel: the Emergence of a Democracy. *Foreign Affairs*, vol. 29, n.3, abril de 1951. Disponível em <<https://www.foreignaffairs.com/articles/israel/1951-04-01/israel-emergence-democracy>>. Acesso em: 21/5/ 2016.

FROMKIN, David. Entangling Alliances. *Foreign Affairs*, vol. 48, n.4, julho de 1970. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/1970-07-01/entangling-alliances>>. Acesso em: 8/4/2017.

KENNAN, George F. After the Cold War. *Foreign Affairs*, vol. 51, n.1, outubro de 1972. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1972-10-01/after-cold-war>>. Acesso em: 22/1/2017.

LAQUEUR, Walter. Russia Enters the Middle East. *Foreign Affairs*, janeiro de 1969. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1969-01-01/russia-enters-middle-east>. Acesso em: 25/1/2017.

LEWIS, Bernard. The Arab-Israeli War. *Foreign Affairs*, vol. 46, n.2, janeiro de 1968. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/1968-01-01/arab-israeli-war>>. Acesso em: 13/1/2017.

NOLTE, Richard H, e POLK, William R. Toward a Policy for the Middle East. *Foreign Affairs*, vol. 36, n.4, julho de 1958. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/1958-07-01/toward-policy-middle-east>>. Acesso em: 16/1/2017.

POLLACK, Gerald A. The Year of Economics: The Economic Consequences of the Energy Crisis. *Foreign Affairs*, vol. 52, n.3, abril de 1974. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/1974-04-01/year-economics-economic-consequences-energy-crisis>>. Acesso em: 4/2/2017.

ROSENFELD, Stephen S. Dilemmas of Détente: Pluralism and Policy. *Foreign Affairs*, vol. 52, n.2, janeiro de 1974. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1974-01-01/dilemmas-d-tente-pluralism-and-policy>>. Acesso em: 3/2/2017.

RUSTOW, Dankwart A. Defense of the Near East. *Foreign Affairs*, vol. 34, n.2, janeiro de 1956. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1956-01-01/defense-near-east>>. Acesso em: 8/1/2017.

Artigo recebido em: 30/10/2019

Artigo aceito em: 10/02/2020